



Nova luta estudantil

Movimentos

Alunos alegam sofrer retaliações do governo após realizarem manifestações no ano passado e prometem novas ações em 2020

Fernanda da Costa

Trinta e cinco anos depois do fim do regime militar no Brasil, período em que estudantes foram perseguidos, torturados e mortos ao lutarem pela democracia, o movimento estudantil hoje se vê novamente como alvo de ataques governamentais. Segundo entidades estudantis, a luta atual contra o desmonte da educação pública levou o governo a “retaliar” os movimentos com discursos difamatórios e com a medida que criou a carteira estudantil digital – o documento físico era a principal fonte de arrecadação de alguns grupos discentes.

Conforme a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), “o desmonte de um projeto de ensino superior inclusivo, diante do aprofundamento dos cortes de orçamento, inseriu as universidades e agências de fomento à pesquisa em uma situação de dificuldade de manutenção”. Frente a esse cenário, as entidades alegam que a atuação dos movimentos estudantis tem sido imprescindível “para determinar o rumo da educação no Brasil”. Os argumentos foram expostos no documento “Universidade Pública Pra Valer!”, divulgado em conjunto pelos grupos no final de novembro. Com oito páginas, a carta traz 43 propostas para as instituições (veja algumas ao lado) como parte de uma campanha que prevê a realização de eventos em diversos estados neste semestre. “Será uma ação de ‘contra-ataque’ às ameaças e à censura que as universidades têm recebido”, afirmou o presidente da UNE, Iago Montalvão, no site da entidade.

Para alguns profissionais que acompanharam o papel de protagonismo estudantil na luta pela democracia durante os anos de chumbo – 125 dos 436 mortos e desaparecidos políticos eram estudantes segundo levantamento da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos –, o momento



Estudantes protestam contra cortes na educação em atos que ocorreram em mais de 200 cidades em 15 de maio do ano passado

FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - MAIO/2019

atual requer um novo enfrentamento. “Há 40 anos, era claro, nós tínhamos uma ditadura a derrubar, nós tínhamos uma democracia a reconstruir. Agora, o nosso ministro da educação acaba de dar um passo decisivo para privatizar o ensino. A luta é muito maior do que era naquela época”, ressaltou o fotógrafo e antropólogo Milton Guran no 57.º Congresso da UNE, realizado em julho do ano passado, em Brasília, em discurso reproduzido pelo jornal Brasil de Fato. Doutor em Antropologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, na França, e mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB), Guran fotografou boa parte da história do movimento estudantil e possui um acervo que deve virar livro.

No mesmo evento, o então presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Reinaldo Centuducatte, afirmou que os estudantes têm novamente a necessidade de defender a democracia. “Em 1979, tivemos um movimento de extrema importância para varrer para longe a ditadura. Hoje, temos de novo essa necessidade: a democracia está em risco. Temos que colocar para fora essa política que não leva em consideração a maioria da população brasileira”, declarou, conforme cobertura da UNE.

Coordenador-geral da Associação dos Pós-Graduandos da UFRGS, Rodrigo Fuscaldto acredita que a história não irá se repetir, mas afirma que está “seguindo um caminho muito

parecido”. “Tivemos a apologia ao nazismo vindo de um ministro. É um obscurantismo que serve para dominação. Se o povo não tem conhecimento, é mais fácil manipulá-lo”, afirma. Nesse contexto, segundo ele, o papel dos movimentos estudantis é organizar os alunos “para conseguir, minimamente, barrar alguns dos prejuízos apresentados pelo governo e tentar avançar em algumas pautas”, acrescenta.

Para Ana Paula Santos, coordenadora-geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade, os movimentos estudantis precisam seguir tendo o papel de vanguarda que tiveram durante a ditadura. “No ano passado, o movimento teve destaque construindo as manifestações de 15 e 30 de maio, tsunamis da educação, datas históricas”, relembra a estudante.

Polêmica da carteira – Após ter participado da organização de pelo menos seis manifestações nacionais no ano passado contra mudanças na educação, entre elas os cortes nos orçamentos para universidades federais e bolsas de pesquisa, entidades argumentam que o governo federal criou a carteira estudantil digital como retaliação aos movimentos. Principal fonte de arrecadação de entidades como UNE, ANPG e União Nacional dos Estudantes Secundaristas (Ubes), o documento físico que custava R\$ 35 agora pode ser feito de graça pela internet. Em nota, os presidentes da UNE, Iago Montalvão, da ANPG, Flávia Calé, e da Ubes, Pedro Gorki, afirmaram que a criação

da carteira estudantil digital “é uma iniciativa demagógica que visa tirar a atenção dos reais problemas da educação e da ciência brasileira”, além de ser uma “ação autoritária que tem como objetivo retaliar e enfraquecer as entidades estudantis”.

Os presidentes também informaram que pouco mais de 2% do total de estudantes de ensino superior emitem documentos com a UNE, pois a maioria faz a carteira diretamente com seus diretórios acadêmicos e entidades estaduais. “A receita proveniente da emissão de carteiras é fonte de financiamento de toda essa rede de entidades (...) que o governo federal pretende prejudicar”, argumentaram na nota. Além disso, já era garantida a confecção gratuita do documento para estudantes de baixa renda.

A posição dos movimentos nacionais é compartilhada pelos líderes estudantis gaúchos. “Essa verba é importante para tocar as lutas, para organizar eventos e imprimir os materiais”, alega Rodrigo. “Se fosse para pensar nos estudantes, o governo chamaria as entidades para debater e resolver os reais problemas”, completa Ana.

Chamado de ID Estudantil, o documento digital passou a ser emitido desde 25 de novembro, quando o governo lançou o aplicativo para a criação da carteira online. De acordo com o MEC, além de não ter custo ao aluno, a tecnologia reduzirá a burocracia e garantirá o direito à meia-entrada nos eventos culturais por meio da leitura de um QR Code localizado no aplicativo.

O que querem os estudantes:

- A autonomia universitária deve ser garantida
- As universidades e institutos públicos devem manter gratuidade da graduação e pós-graduação stricto sensu
- Os recursos discricionários de manutenção e investimento nas Instituições de Ensino Superior (IFES) devem ser recompostos tomando como base os valores da Lei Orçamentária Anual 2016
- A Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) deve ser revogada
- O Plano Nacional de Assistência Estudantil deve ser transformado em lei com garantia de recursos suficientes para permanência estudantil e autonomia de gestão e execução orçamentária pelas IFES, incluindo a pós-graduação em sua política e dotação orçamentária
- Congregações, conselhos superiores, colegiados e comissões devem ter garantia da representação discente eleita de forma paritária, isto é, com a mesma participação nesses órgãos que os servidores docentes e técnico-administrativos

Fonte: Universidade Pública Pra Valer!